



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLIII

RIO BRANCO - AC, 24 DE NOVEMBRO DE 2005

N.º 3482

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2ª Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão

BPM - Elson Santiago

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Luiz Gonzaga

PP - José Bestene

PDT- Luiz Calixto

PPS - Tarcísio Medeiros

Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueredo e Francisco Viga.

BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis.

PSB - Delorgem Campos.

PL - Dinha Carvalho.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes.

PSDB - Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira.

PP - José Bestene e Roberto Filho.

PDT- Luiz Calixto.

PPS - Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima.

Sem Partido - Ronald Polanco

Atos do Secretário Executivo**PORTARIA N. 578 /2005****O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE**, no uso de suas
atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

ATRIBUIR aos servidores do **Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre**, **Lizânia Maria Elias de Oliveira, Sebastiana Benvida Ribeiro e Dirciano Francisco Lima**, o pagamento de 44 horas extras, em decorrência dos serviços prestados na Comissão de Sindicância.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 11 de novembro de 2005


Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N. 579 /2005**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE**, no uso de suas
atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

NOMEAR na forma do que preceitua a Resolução nº 48-D, de 13 de março de 2003, a senhora **Maria Antonia Silva de Souza**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-18**, junto ao gabinete do Deputado **Juarez Leitão**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros contar-se-ão a partir de 1º de novembro de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 11 de novembro de 2005.


Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N. 580 /2005.**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE**, no uso de suas
atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

DESIGNAR a servidora **Maria Auxiliadora Santiago do Nascimento**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, para responder pelo Serviço de Cadastro de Bens – FG 01, na Coordenadoria de Patrimônio, no período de 1º.11.2005 a 30.11.05, por motivo de férias do titular do cargo.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 11 de novembro de 2005.

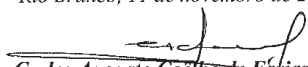

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N. 581 /2005.**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE**, no uso de suas
atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

DESIGNAR a servidora **Edirleide Wolter de Oliveira**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 13, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, para responder pelo Serviço de de Ambulatório Médico – FG-01, na Coordenadoria de Serviço Médico, no período de 1º.11.2005 a 30.11.05, por motivo de férias do titular do cargo.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 11 de novembro de 2005.



Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N. 582 /2005.**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE**, no uso de suas
atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

DESIGNAR a servidora **Kátia Simone de Castro Santos**, Analista Legislativo, CL. "C", CÓD.PL-NS-101, Ref. 18, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, para responder pela Consultoria Técnica Legislativa, no período de 14.11.2005 a 19.11.05, enquanto durar o afastamento do titular do cargo.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 11 de novembro de 2005.



Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N. 583 /2005.**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE**, no uso de suas
atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

DESIGNAR a servidora **Valcimar Martins Moreira**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 13, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, para responder pela Subsecretaria de Atividades Legislativas, no período de 14.11.2005 a 19.11.05, enquanto durar o afastamento do titular do cargo.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 11 de novembro de 2005.

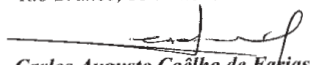

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N. 584 /2005.**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE**, no uso de suas
atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

DESIGNAR o servidor **Wellington Barbosa Pêsoa**, Consultor Legislativo, CL. "B", CÓD.PL-NS-101, Ref. 11, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, para responder pela Consultoria Jurídica Administrativa, no período de 14.11.2005 a 19.11.05, enquanto durar o afastamento do titular do cargo.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 11 de novembro de 2005.


Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N. 585 /2005**O SECRETÁRIO EXECUTIVO
DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO ACRE**, no uso
de suas atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

LOTAR por setor, em obediência aos critérios da formação, desempenho das atividades desenvolvidas, necessidades do setor e informações prestadas pelos chefes imediatos, conforme relação a seguir descrita, os servidores do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre:

SECRETARIA EXECUTIVA

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ACY MARIA PRADO PACÍFICO
2	ADALMIRA MEDEIROS DO NASCIMENTO

3	JOSÉ PEREIRA DE SOUZA
4	MARCELO MAIA ARANHA
5	MARIA HELIÂNIA DE MOURA
6	SEBASTIANA BARBOSA BEZERRA
7	EDNAR MARTA SILVA DE MEDEIROS
8	ALAISE BARBOSA DA ROCHA
9	ARLETE CARNEIRO LEITÃO
10	NIVEA FERREIRA BRANÁ

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Nº DE ORDEM	NOMES
1	HONÓRIA ORTEGA DO VALLE
2	MARIA JOSÉ MENDES DE ARAÚJO
3	MARIA RUTH BATISTA DA SILVA
4	VALFIRA BATISTA DE LIMA
5	RAIMUNDA DA SILVA TABOADA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Nº DE ORDEM	NOMES
1	EILE MARIA ASSIS THAUMATURGO
2	AMÉLIA REZENDE MACHADO VELOZO
3	ANTONIO BISSAT DOURADO
4	GLÓRIA MARIA VIEIRA NEVES
5	ÁTIMA MATOS DE LIMA
6	DEUZILAH DE SOUZA VARÉDA
7	FABIOLA BARROS ABOMORAD
8	GILMA CABRAL DE MOURA BARBOSA
9	JOÃO SIMÃO DOS SANTOS
10	JUSCELINA BARBOSA PINHEIRO
11	SUZAME LORETE PERES
12	LAURA SANTOS DA SILVA
13	MARIA APARECIDA JARDIM RODRIGUES
14	MARIA DELNIRA MATOS DE SOUZA
15	MARIA HELENA VILELA FRANÇA
16	MARIA MIRANIR CORREIA MATOS
17	SOLANGE MARIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
18	NEYLA ROCHA SAMOSA MOREIRA
19	SHIRLEIDE MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
20	ALVARO CELSO RAMOS ARAGÃO
21	NEURIZETE DO CARMO DA CONCEIÇÃO
22	JUARez MOURA DE SOUZA
23	TANIA MARIA BATISTA ALVES

SUBSC. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SPOF

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ALUÍZIO ROCHA DA SILVA
2	MARIA DO SOCORRO FERNANDES SALOMÃO
3	ENEIDE FERNANDES DE SOUZA
4	EDNA VALENTE DA COSTA
5	MARIMILDA DA SILVA BACELAR
6	FRANCISCA NONATO DE FIGUEIREDO
7	SEBASTIÃO NUNES DA FONSECA DIAS
8	JOSÉ MAGALHÃES DE MENEZES
9	MARIA JULIANA COSTA DAS NEVES
10	PEDRO FERREIRA DA CRUZ
11	RAIMUNDO DE SOUZA CUNEGUNDES
12	RITA MARIA GONÇALVES DE SOUZA
13	MARIA DAS GRAÇAS MAGALHÃES DO NASCIMENTO

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Nº DE ORDEM	NOMES
1	DORICÉLIA THAUMATURGO DA SILVA
2	EDNA DA SILVA SOUZA
3	MARIA DO SOCORRO SILVA DE SOUZA TRISCH
4	MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO
5	NORMA JANE PINTO CAVALCANTE
6	REIDIVAN ROCHA DE FRANÇA
7	ROSANA MARIA CRUZ CAVALCANTE
8	VALCIMAR MARTINS MOREIRA
9	WALDERIZA LOPES LIMA
10	FRANCISCA DAS CHAGAS COSTA DA SILVA
11	MARIA GORETE DO NASCIMENTO
12	WINKLER OLIVEIRA COLLYER

CONSULTORIA GERAL DA MESA

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ANTÔNIA SELENE DE LIMA
2	AUGUSTINHO BARROSO SOARES
3	EDEVALDO DA SILVA SOUZA
4	JOSÉ CARLOS GEBER
5	JOSÉ VASCONCELOS DE LIMA
6	NEIVA NARA ALVES HANAN
7	VALDERI DE OLIVEIRA E SILVA
8	JOZENICE SANTOS SANTANA
9	CARLOS AUGUSTO COELHO DE FARIAS

CONSULTORIA JURÍDICA

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ASSEM AYACHE SOBRINHO
2	EDITH BRÁZ DE OLIVEIRA
3	ENILDA DE MOURA SANTANA BRAGA
4	ISLA MARIA CUNHA GADELHA
5	LIZÂNIA MARIA ELIAS DE OLIVEIRA
6	LUZANIRA LIMA DO NASCIMENTO
7	WELLINGTON BARBOSA PESSOA
8	ANTONIO JOSÉ MALVEIRA DA SILVA

CONSULTORIA TÉCNICA

Nº DE ORDEM	NOMES
1	KÁTIA SIMONE DE CASTRO SANTOS
2	ANNY DE FÁTIMA CAVALCANTE DOS SANTOS
3	RAIMUNDA MENDES FONTENELE
4	MARCIA SOCORRO ABREU RICCIARD
5	DIRCIANO FRANCISCO LIMA E SOUZA
6	REGIANE MÁRCIA GOMES BATISTA
7	EVELENA DA COSTA CARDOSO
8	SHEILA MARIA DA COSTA LINS
9	MARIA DO SOCORRO NOGUEIRA DA SILVA
10	MARIA DO CARMO ALMEIDA DE SOUZA
11	ZILDA ARAÚJO BEZERRA

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ALZERINA IZIDORO DA SILVA
2	FRANCISCO AURICÉLIO RÉGO DA SILVA
3	GISELA FÁTIMA SOUZA DE ARAÚJO
4	HEDILBERTO SAMPAIO DE LIMA
5	IRACY DE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO
6	SELMA MACHADO SOUZA
7	MARA MESSIAS DINIZ
8	MARIA DA PENHA SALES DE SOUZA
9	MARIA SERRATE FIGUEIREDO DA SILVA
10	MOISANIEL LIMA GOUVEIA
11	RAIMUNDA RODRIGUES LIMA
12	ORLEILSON MELO VIEIRA DE LACERDA
13	SÁLVIO REIS MONTENEGRO
14	SEBASTIANA BENVINDA RIBEIRO
15	JANDIRA DE ARAÚJO DA MOTA
16	SHELTON ROBERTO SAMPAIO DA SILVA
17	WALTER SOBREIRA LIMA FILHO

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ABEL FEITOSA DA SILVA
2	ARNALDO REIS PRAXEDES
3	ÁUREA MARIA OLIVEIRA VILELA
4	ERSON PEREIRA MAGALHÃES
5	EVALDO IZIDORO DA SILVA
6	CREUZA ANTONIA SOUZA SOARES
7	FRANCISCO RODINÉS DE ARAÚJO SILVA
8	GILBERTO VINÍCIUS MOREIRA MEDEIROS
9	JOÃO BORGES DE PAIVA
10	JOÃO CARDOSO DA SILVA
11	JOSÉ CARLOS DE SOUZA MAGALHÃES
12	JOÃO FERREIRA DE ARAÚJO
13	LUIZ GONZAGA ALVES
14	JULIANA PATRÍCIO DO NASCIMENTO
15	MARIA GLÓRIA FERREIRA DE MAGALHÃES
16	MARIA HELENA ALVES DA SILVA
17	NEY LÚCIO RIBEIRO DE OLIVEIRA
18	MARIA VILMA PINTO DE OLIVEIRA
19	RAIMUNDA BARROS CAVALCANTE
20	WYDINEY RIBEIRO WOLTER
21	LUIZ MOACIR FILHO
22	TEREZA DA CONCEIÇÃO DA COSTA BRAGA
23	JOSÉ VIEIRA DA SILVA JÚNIOR
24	FELICIANO BORGES DE PAIVA JÚNIOR
25	ANTONIO ALVES CORDEIRO
26	DULCILENE JUNQUEIRA CRUZ
27	MARIA ALVES FERREIRA
28	MARIA FRANCISCA DA SILVA OLIVEIRA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA E DEBATES

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ALBERLÂNDIO BRANDÃO DE MENEZES
2	ANA PAULA DE CARVALHO MEDEIROS
3	ELIANE AMORIM DE SOUZA
4	GILDETE MELO DE SOUZA
5	JEANE DE ARAÚJO MEDEIROS
6	JOÃO JOSÉ ROCHA DE ARAÚJO
7	LEIA GADELHA DA SILVA
8	LIANNA VASCONCELOS DE SOUZA
9	MAYSA FURTADO FEITOSA
10	MARIA ALICE SILVA PEREIRA WOLTER
11	RODESIA DE BRITO ROSA
12	MARIA LUIZA MESQUITA DA SILVA
13	MARIUSA DE CARVALHO
14	RITA MARIA SILVA DE ALMEIDA
15	MARIA DO SOCORRO AVELINO GONÇALVES
16	VIOLETA CRISTINA CARIOCA BARBOSA LEITE

COORDENADORIA DE INFORMÁTICA

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ADALCIMAR ADALCI NUNES
2	ADELINO LIMA DE MELO
3	ARTHUR JOSÉ MONTENEGRO DE SOUZA
4	BEM-HUR BARBOSA DE ALENCAR
5	CÉZAR AUGUSTUS SANTIAGO MACHADO DE ALMEIDA
6	ELEIDIR PEREIRA WOLTER
7	FRANCISCA ALUZINER MEIRELES RODRIGUES
8	FRANCISCO ALBERTO RODRIGUES CAVALCANTE
9	FRANCISCO RILDO DE SOUZA CASTRO

10	JOÃO JOSÉ DA CUNHA E CUNHA
11	LUCIRENE OLIVEIRA PINHEIRO
12	LUIZ WANDERLEY DA SILVA GOMES
13	MARIA DE FÁTIMA DA ROCHA CAVALCANTE
14	MARIA EUZENIRA BEZERRA DA SILVA
15	MARIZETH DE OLIVEIRA BARROS
16	MARNISE NUNES DA LUZ
17	MÁRCIO LUIZ ADED DA SILVA
18	SAFIRA TAVARES LEITÃO RIBEIRO
19	TÚLIO SÉRGIO GARCIA
20	CLÍVIA CRISPIM DA SILVA
21	SHEILA MARIA ASSIS SARMENTO

COORDENADORIA DE CERIMONIAL

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ARLETE CORDEIRO RODRIGUES
2	DELZANIRA MOREIRA VIEIRA
3	DINAH LIMA BAIMA
4	ALIA MARIA SAID GANUM
5	EROTILDES FERNANDES DE SOUZA PEREIRA
6	MARIA AUXILIADORA SANTIAGO DO NASCIMENTO
7	MARIA DE FÁTIMA CAVALCANTE DANTAS
8	MARIA DE LOURDES RAMOS DA ROCHA
9	MARIA NELSANIRA SANTIAGO DE MELO ARRUDA
10	MARIA OLÍVIA LIMA DE MOURA
11	VALDETE CHAVIER DE LIMA
12	MARIA MIRTES NOGUEIRA DA SILVA
13	RUTE LIMA DE OLIVEIRA
14	ANA MARIA BRANDÃO DA SILVA
15	ROCILDA D'ÁVILA SOTERO
16	CLAUDIA REGINA CORREIA MATOS
17	FRANCISCA LOPES DE PAULA MOREIRA

COORDENADORIA DE SERVIÇO MÉDICO

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ANA PAULA CATTER SANTIAGO
2	ANTÔNIO LISBOA CARNEIRO BRAGA
3	DILZA TEREZINHA AMBROS RIBEIRO
4	ELIETE DIÓGO MAGALHÃES
5	JOÃO LUIZ ANGELIM
6	MARLENE GUIMARÃES DA SILVA
7	MARIA RAIMUNDA SOUZA OLIVEIRA

COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ANTÔNIA BENESFORTE DA SILVA
2	ARLINDO D'OLIVEIRA PINHEIRO
3	JOSÉ CAVALCANTE FILHO
4	JOSÉ STÉLIO SOUZA MAGALHÃES
5	MANOEL MACHADO DA ROCHA FILHO
6	NECY RODRIGUES CIAN
7	AILTON ALMEIDA DA SILVA
8	ALZIRA BORGES GUIMARÃES
9	FRANCISCO JANUÁRIO DOS SANTOS
10	PEDRO TUFIC ABOAXE
11	RONALDO DE CASTRO MESQUITA
12	LELILA ROSAS RODRIGUES

COORDENADORIA DE BIBLIOTECA

Nº DE ORDEM	NOMES
1	AURICÉLIA DA SILVA SOARES
2	GUILHERMINA BARROSO DOS SANTOS
3	MARIA EDNA BRAGA ROLA
4	ODINEIA VIEIRA DO NASCIMENTO
5	MARIA DO SOCORRO RUFINO
6	MARIA LIBERDADE DA SILVA PESSOA
7	GILNETE LIMA DE MELO

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nº DE ORDEM	NOMES
1	MARIA ADELMO VALÉRIO
2	JEOVÁ MENDES BARBOSA
3	JOÃO LUIZ DA VEIGA SIMÃO
4	PAULO LUIZ RODRIGUES DA SILVA
5	RUBEDNA ROLA DE ALMEIDA
6	MARIA RAMID SAID GANUN CUNHA
7	NORMA SUELY PISMEL BRASILEIRO
8	SENHORINHA DE ARAÚJO FERNANDES
9	JEANE CYNARA GONÇALVES DE SOUZA
10	JUCINEIDE MOREIRA DOS SANTOS
11	RAIMUNDO MENDONÇA DE BARROS NETO

COORDENADORIA DE POLÍCIA LEGISLATIVA

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ALAENE DE FREITAS FONSECA
2	ALDIMAR MATOS DE LIMA
3	ANTÔNIO NIXON GOMES DE OLIVEIRA
4	ANTÔNIO SÉRGIO GALDINO PACHECO
5	CARLOS ALBERTO DE ANDRADE MARQUES DA SILVA
6	CARLOS PEREIRA DO NASCIMENTO
7	ANTONIO ALVES SUSSUARANA
8	DARCI ABREU DA SILVA

9	DJALMA CORREIA LIMA
10	ÉDER VALENTE DA COSTA
11	EDILSON MOREIRA SAMPAIO
12	IVALDO RODRIGUES DOS SANTOS
13	FRANCISCA CARNEIRO DE LIMA
14	FRANCISCO CHAGAS NASCIMENTO DE MATOS
15	FRANCISCO DAS CHAGAS NOBRE FIGUEIREDO
16	HELIO DE OLIVEIRA GUEDES
17	ISAC MARTINS MOREIRA
18	JOSÉ ALTEVIR ARAÚJO DA SILVA
19	JOSÉ ISRAEL DE LIRA FILHO
20	JOSÉ ORLANDO DE ALBUQUERQUE
21	MANOEL NOBRE FIGUEIREDO
22	MARIA CELENE MESQUITA DA COSTA
23	MARIA DAS NEVES GONÇALVES
24	MARIA DE LOURDES DE SOUZA NUNES
25	MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE OLIVEIRA
26	MÁRIO JORGE CAFÉ DE OLIVEIRA
27	MICHELINE JUNQUEIRA DA CRUZ

COORDENADORIA DE POLÍCIA LEGISLATIVA

Nº DE ORDEM	NOMES
28	NEY CHARLES MESQUITA DE AGUIAR
29	ORLANDO DE CARVALHO
30	PAULO ALMEIDA NOGUEIRA
31	ROCILENE DE SOUZA CORDEIRO
32	SEBASTIÃO BENÍCIO DA SILVA
33	SEBASTIÃO SÉRGIO ONOFRE DE OLIVEIRA
34	SUELY DE FÁTIMA CARDOSO
35	VICENTE VIEIRA DE OLIVEIRA
36	ANTONIO JOSÉ DA SILVA NETO
37	ERMINIO PAZ D'ÁVILA
38	FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA
39	FRANCISCO TEIXEIRA DA CRUZ
40	IVAN DA SILVA COSTA
41	JOSÉ ABREU DA SILVA
42	JOSÉ FRANCISCO COSTA DAS NEVES
43	JOSÉ LIRA DE ALMEIDA
44	JOSÉ MARIA VIEIRA NEVES
45	OSSIAN LIMA DOS SANTOS
46	RAIMUNDO ISRAEL LIRA
47	SILVIO DA CRUZ MARINHO

SERVIÇO DE ÁUDIO E SOM

Nº DE ORDEM	NOMES
1	FRANCISCA DAS CHAGAS VAZ DE MEDEIROS
2	FRANCISCO IBIANÉS ROSAS NETO
3	PEDRO GOMES DA SILVA
4	HERMILTON NOGUEIRA SENA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO- C. P. L.

Nº DE ORDEM	NOMES
1	JOÃO FLORÊNCIO VIANA DE MESQUITA
2	EDITE LIMA DE ALBUQUERQUE
3	EDIRLEIDE WOLTER DE OLIVEIRA
4	MARIA SEVERIANO BIBIANO DE MOURA

SUBSECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Nº DE ORDEM	NOMES
1	SOLÓNIDAS NASCIMENTO MAIA
2	MARIA DE NAZARÉ ROCHA FLEMING
3	MARLENE DA SILVA SOUZA BRAGA

SERVIÇO DE ARQUIVO

Nº DE ORDEM	NOMES
1	JOAQUIM FERREIRA DE ARAÚJO
2	FRANCISCO BARBOSA DOS SANTOS
3	JUCIENE GOMES LIMA
4	MARIA JOSÉ RIBEIRO DO NASCIMENTO
5	PEDRO CUNHA DE ARAÚJO
6	PEDRO EVENIZIO LEITE DE MELO
7	EDNA SILVA DO NASCIMENTO
8	VALDENORA FARIAS CASTOR DE ARAÚJO
9	MARIA JOSÉ SILVA DE SENA
10	MARIA ZENILDA DE SOUZA BANDEIRA
11	RAIMUNDA MARQUES DE ARAÚJO
12	RAIMUNDA DORALICE DE OLIVEIRA SILVA

CEDSA

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ANILDO ALVES DA SILVA
2	EDVALDO GUEDES
3	LEONILIA MESSIAS LIMA
4	MÁRCIA NOGUEIRA SALES DE OLIVEIRA
5	ELZA MARIA DA SILVA VALENTE
6	FRANCISCA LUCAS DE OLIVEIRA
7	LABINA ERCILIA BARROSO DE MELO GADELHA
8	MARIA JOSÉ D'ÁVILA JUNIOR
9	NEILA MARIA DE LIMA MOTA
10	ROSIMEIRE BATISTA DE SOUZA

ESCOLA DO LEGISLATIVO

Nº DE ORDEM	NOMES
1	FRANCISCO FERREIRA DA CUNHA
2	JAYNE RODRIGUES TERÊNCIO DE SOUZA
3	JULIO JOSÉ DA SILVA DOURADO
4	MARIA AUCILENE NASCIMENTO DE QUEIROZ
5	MARIA DA SILVEIRA BENEVIDES
6	MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO DE SOUZA
7	MARIA LUCILA DE MELO MAIA
8	NÚCIA FERNANDES DE SOUZA LUZ
9	VANESSA MATOS DE LIMA

SERVIÇO DE TELEFONIA

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ANTÔNIA GOMES MACHADO
2	GERALDA LIMA DA SILVEIRA
3	MARIA CLEMENTINA ABOAXE DOS SANTOS
4	MARIA DAS DORES SOUZA DA SILVA
5	MARIA DAS GRAÇAS VALENTE RUELA
6	MARIA DE JESUS BRITO DA SILVA
7	MARIA DO SOCORRO MENEZES DIÓGO
8	MARIA LUIZA DE OLIVEIRA
9	SILMA FERREIRA DA SILVA
10	TÔNIA MARA DA SILVA CASTRO

SERVIÇO DE PROTOCOLO

Nº DE ORDEM	NOMES
1	ANTONIA DENISE SILVEIRA DE LIMA SILVA
2	EXPEDITA MORAIS DA SILVEIRA
3	JORGENEIDE PAULA DE ALMEIDA ABREU
4	LAURA SANTIAGO BARCELLOS
5	SEBASTIÃO RAINEY FERNANDES DE OLIVEIRA
6	LUZIRENE DA SILVA NASCIMENTO
7	CLARICE CRISPIM DA SILVA
8	MARIA JOSÉ RODRIGUES DA SILVA
9	MARLUCE FERREIRA DE ARAÚJO
10	MARIA DAS DORES GEBER
11	ROMANA MARIA DE SOUZA MORAES
12	MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES HANAN

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 11 de novembro de 2005.


Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N. 586 /2005

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

CONVOCAR os servidores abaixo relacionados para prestarem serviços nas 03 (quatro) Sessões Extraordinárias do dia 10 de novembro de 2005.

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Alberlândio Brandão Menezes
Ailton Almeida da Silva
Aluizio Rocha da Silva
Ana Paula de Carvalho Medeiros
Antonio Nixon G. de Oliveira
Augustinho Barroso Soares
Doricélia Thaumaturgo da Silva
Edevaldo da Silva Souza
Edilson Moreira Sampaio
Ersen Pereira Magalhães
Evelena da Costa Cardoso
Francisco Auricélio Rêgo da Silva
Hélio de Oliveira Guedes
Isac Martins Moreira
José Carlos Geber
José Israel de Lira Filho
José Vasconcelos de Lima
Kátia Simone de Castro Santos
João José Rocha de Araújo
Francisco das Chagas Nobre Figueiredo
Edna da Silva Souza
José Altevair Araújo da Silva
Evaldo Rodrigues dos Santos
Rosana Maria Cruz Cavalcante
Maria do Socorro Silva de Souza Trisch
Maria Fernanda Montenegro Aragão
Lianna Vasconcelos de Lima
Rita Maria Silva de Almeida
Maria Nelsanira Santiago de Melo Arruda
Antonio Sérgio Galdino Pacheco
Paulo Almeida Nogueira
Pedro Ferreira da Cruz
Pedro Gomes da Silva
Raimunda Mendes Fontenele
Bem Hur Barbosa de Alencar

Valcimar Martins Moreira
Valderi de Oliveira e Silva
Antonia Selene de Lima
Edna Valente da Costa
Anny de Fátima Cavalcante dos Santos Lopes
Maria Alice Silva P. Wolter

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 14 de novembro de 2005.


Carlos Augusto Coêlho de Farias

Secretário Executivo

PORTARIA N. 587 /2005

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, da senhora **Helena de Araújo Carneiro**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-19**, do gabinete do Deputado **Helder Paiva**, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros cessarão a partir de 1º de novembro de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 16 de novembro de 2005


Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

PORTARIA N. 588 /2005

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, a Senhora **Maria Antonia de Souza Aguiar**, para exercer cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG – 19**, junto ao gabinete do Deputado **Helder Paiva**, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros contar-se-ão a partir de 1º de novembro de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 16 de novembro de 2005.


Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

85ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 24 de novembro de 2005

Presidência: Deputados **HELDER PAIVA** e **MOISÉS DINIZ**

Secretaria: Deputado **FERNANDO MELO**

PRESENTES: Deputados **FERNANDO MELO**, **JUAREZ LEITÃO**, **NALUH GOUVEIA**, Pe. **VALMIR FIGUEREDO**, **FRANCISCO VIGA** do **PT**; **EDVALDO MAGALHÃES**, **ELSON SANTIAGO**, **MOISÉS DINIZ**, **SÉRGIO OLIVEIRA**, **JOSÉ LUIS** do **BPM**; **CHAGAS ROMÃO**, **HÉLIO LOPES** do **PMDB**; **LUIZ GONZAGA**, **HELDER PAIVA** do **PSDB**; **TARCÍSO MEDEIROS** do **PPS**; **JOSÉ BESTENE**, **ROBERTO FILHO** do **PP**; **DELOGEM CAMPOS** do **PSB**; **LUIZ CALIXTO** do **PDT**; **RONALD POLANCO** **Sem Partido**.

AUSENTES: Deputados **ANTONIA SALES** do **PMDB**; **JOSÉ VIEIRA** do **PSDB**; **NOGUEIRA LIMA** do **PPS**; **DINHA CARVALHO** do **PL**.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Projeto de Lei n. 128/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, o qual “Cria o Serviço Voluntário de Capelanía Carcerária em todos os estabelecimentos do Departamento de Administração Penitenciária do Estado do Acre e dá outras providências”;

Projeto de Lei n. 129/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual “Disciplina a economia de energia elétrica em prédios públicos e dá outras providências”;

Projeto de Lei n. 130/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Hélio Lopes, o qual “Altera e acresce dispositivo da Lei n. 1.230, de 27 de junho de 1997”;

Ofício n. 1.861-P/2005, do Presidente do Poder Legislativo do Estado de Tocantins, Deputado César Halun, enviando requerimento contendo Voto de Repúdio, de autoria dos Deputados das Bancadas do PMDB, PFL, PPS/PDT e de Deputado do PT (totalizando 19 dos 24 Parlamentares), aprovado pelo Plenário daquela Casa de Leis em Sessão Ordinária do dia 27 de outubro de 2005;

Indicação n. 189/2005, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, para que seja viabilizado junto à Coordenação do Programa Luz Para Todos, a inclusão dos colonos da BR 364, Ramal do Km 7, totalizando 8 famílias de produtores rurais, assim como os colonos do Ramal São Pedro e Bacia, totalizando 10 famílias de produtores nesta localidade, no programa citado.

Pequeno Expediente

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) - Senhor Presidente, estimada Deputada Naluh Gouveia, neste Pequeno Expediente vou apenas registrar e comentar sobre um Requerimento que estou encaminhando à Varig, para que ela nos informe qual órgão, Instituição ou pessoa, pagou o bilhete aéreo utilizado pelo Senhor Eudo Lustosa no trecho Rio Branco Brasília. As informações que temos, Deputado Tarcísio Medeiros, não são muito boas, pois dão conta de que a passagem foi fornecida por um órgão do Governo do Estado, não sei se deliberada ou não, para conduzir a Brasília os 5kg de oxidado que alimentaria o narcotráfico internacional. E o silêncio sepulcral, o silêncio de cemitérios que envolve este caso, está nos deixando, digamos, “com a pulga atrás da orelha”, porque não houve manifestação nenhuma da parte de pessoas ligadas ao Governo no sentido de dar prosseguimento às investigações.

As informações que já estão em nosso poder indicam que, infelizmente, o Senhor Eudo Lustosa utilizou-se de uma passagem fornecida por um órgão do Governo e que nós vamos apenas requisitar o bilhete, a lista de passageiros para confirmar e distribuir à Imprensa do nosso Estado, porque é inconcebível, inadmissível que órgãos do Governo estejam, mesmo que de forma não deliberada, fornecendo passagem para que uma pessoa faça o tráfico de 5kg de oxidado.

Outro fato que nos chama atenção e nos deixa intrigado é que a Polícia Federal é extremamente profissional e competente, mas no caso da prisão do Eudo Lustosa, o qual portava cinco quilos de droga, revelou toda a sua incompetência, toda a sua inabilidade, Deputado Roberto Filho. Em toda a história da Polícia Federal ela sempre fez as apreensões visando deter o transportador e o receptor; exatamente para fechar o círculo de todos aqueles que estejam envolvidos no narcotráfico e, estranhamente, neste caso, de forma inédita, de forma inusitada, fez a

apreensão no meio do caminho, abdicando da possibilidade de saber quem iria receber em Marabá, no Pará, aquela cocaína.

Eu tenho amigos na Polícia Federal que têm esse fato como uma situação que revela uma verdadeira incompetência da Polícia Federal, quando na verdade é uma polícia competente e extremamente profissional.

Não se sabe por quais interferências o Sr. Eudo não chegou a Marabá; foi preso ainda no Aeroporto de Brasília. O que era de se esperar era que com a competência da PF, ela seguiria os passos do Eudo Lustosa até o destino, exatamente para que lá apreendesse a droga, efetivando a prisão do Eudo e quem estivesse no aeroporto ou em qualquer lugar para recebê-la. Mas de forma estranha e inusitada, fizeram no meio do caminho e o silêncio tomou conta do caso. Não se fala mais nada. Mas eu estou requerendo, em nome da Assembléia, que a Varig envie para esta Casa a cópia do bilhete que foi utilizado para que nós possamos confirmar qual o órgão governamental que cometeu esta idiossincrasia de emitir um bilhete de passagem para que uma pessoa saísse do Acre, para fazer o tráfico de cinco quilos de oxidado de cocaína.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Deputado Calixto está coberto de razão em pedir esta informação para que nós tenhamos certeza de quem doou esta passagem, porque comentários há muitos e a Oposição não veio aqui nenhuma vez falar do que está se ouvindo nos corredores. É mais do que justo que a Varig nos informe quem doou esta passagem para o Eudo. V. Exa. tem as informações, tem amigos na Federal que apreenderam uma quantia enorme de drogas no meio da viagem, mas a Federal, com a sua competência, deveria ter deixado o Eudo chegar ao final da viagem para também pegar a pessoa que ia receber a droga, que com certeza iria repassá-la para acabar com as famílias daquele estado.

Ontem, a Deputada Naluh falava a respeito do mercado dos colonos e nós não tivemos espaço para falar a respeito. Eu imaginava que era o mercado dos colonos este aqui próximo a ponte de ferro, aquele ali é o conhecido antigo mercado dos colonos e V. Exa. se referiu ao mercado novo do centro. Deputada Naluh, nós temos que nos reunir com o Prefeito, e como V. Exa. tem muita amizade com ele, peça para que olhe também para esse mercado dos colonos ao qual me refiro. Esse sim foi o primeiro mercado da capital e que infelizmente sofre com o descaso dos Prefeitos. Eu já fiz várias reuniões com outros Prefeitos pedindo providências e nada foi feito. Continuam só ratos andando naquele mercado, onde outrora havia mais vida comercial. Admiro a coragem das pessoas que resistem lá, pois está totalmente acabado aquele mercado. E, Deputada Naluh, nós temos que continuar a fazer reclamações sobre a recuperação de ramais. Eu ainda não vi ainda nenhuma recuperação de ramais feita pela Prefeitura. Aqui perto do Chalé, na estrada Apolônio Sales, tem um ramal, que é o que mais produz hortaliças, aliás em toda aquela área tem hortas. E nós estamos visitando freqüentemente e lá está precisando de umas dez, vinte carradas no máximo de piçarra, para fazer o piçarramento de uma ladeira, e até agora nada foi feito. E nos próximos dias com a visita que V. Exa. vai fazer e com a amizade que tem com os membros do PT, do Partido do Governo e do Prefeito, diga ao Governador Jorge Viana e ao Prefeito, que recuperem aquele ramal, caso contrário eles não terão como tirar os seus produtos. A boa condição dos ramais é o principal fator para termos mercadorias nos mercados.

Agora, voltando ao Poder Executivo, Deputado Edvaldo Magalhães, faça um pedido ao companheiro Diretor do Deracre, Nakamura, para que recupere aqueles ramais, aquelas estradas que tinham e ainda têm um resto de asfalto. É uma vergonha, Deputado Edvaldo, o ramal Apolônio Sales onde o Deputado Santiago e outros Parlamentares têm chácara. O ramal do Mutum onde eu tenho uma chácara, o assessor

do Senador Tião Viana, braço direito dele também mora lá, eu acho até que a mulher dele já deve ter ganhado neném dentro do carro, por falta de manutenção dessa estrada. Quando passava por mim, o assessor do Senador, dizia: “Deputado Tarcísio, olha as condições da estrada”. E eu dizia: “assessor, V. Exa. que é o braço direito do Senador Tião Viana, que manda no Estado, não consegue a recuperação, imagina eu que faço Oposição”.

Os moradores estão pedindo para que eu saia daquele ramal Deputados, porque eles afirmam que é pelo fato de eu ter uma chácara lá que o Governador não recupera o ramal. E, eu disse que tinha feito uma reunião dias atrás e havia falado para eles que isso não era verdade, porque na estrada Apolônio Sales moram dois Deputados que são da base de sustentação, no Ramal Nabor Júnior tem mais dois Deputados que são da base, e tantos outros que existem e o Governador não está fazendo nada. Eu não quero que ano que vem nós estejamos aqui na tribuna falando a respeito e digam que a Oposição só fala e faz alguma coisa em ano eleitoral, eu não compactuo com isso. Isso é politicagem! Agora mesmo nós estamos vendo nos noticiários os assaltos que estão acontecendo de hora em hora na zona rural. E aí nós fomos ver, ali perto da Nissan, Deputado Luiz Calixto, têm uma média de 15 camionetes da polícia, todos pintados, todos zerados. E quando a gente liga para o Comando da Polícia Militar, falam que falta viatura, falta combustível. Será que é só no ano que vem é que vão fazer alguma coisa, Deputado, Líder do Governo? V. Exa. por ser o Líder é muito cobrado na Casa e deve a nós, Deputados, satisfação e, por conta do nosso ofício V. Exa. tem que vir dizer porque que aqueles carros estão parados. É só imaginar que é para ano que vem. É uma vergonha.

(Com revisão do orador)

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu espero que, não só descubram quem deu a passagem para o Eudo, como descubram de quem é aquela maldita droga que ele levava para que possamos resolver esse problema, mas hoje eu tenho um caso ainda mais sério para discutir aqui que é o abuso sexual de crianças e adolescentes no nosso Estado. Inclusive estou apresentando um Requerimento, pedindo a vinda do Governador a esta Casa, pois acho que quando uma pessoa é eleita Governador do Estado, precisa se envolver em todas as demandas. O Dom Moacir foi embora para Rondônia. Se ele estivesse aqui, recorreríamos primeiro a ele nesta questão, mas como não está, deve ser o Governador.

A situação deste Estado com relação a abuso sexual de crianças e adolescentes é ultrajante. De ontem para cá, chegaram cinco denúncias de casos assim no meu gabinete.

Não adianta a base do Governo, achar que é constrangimento para o Governador vir aqui debater um tema tão grave como esse. Pelo amor de Deus, não me envergonhem ao ponto de saber que faço parte de uma base onde as pessoas acham que isso é constrangimento para o Governador do Estado.

As mulheres e homens que representam esse Estado, que foram eleitos democraticamente precisam discutir esse assunto, porque esse crime já chegou nas escolas. Há muitas denúncias de professores e até diretores de escola bolinando, abusando, estuprando crianças. E o que mais choca é que há um silêncio total da sociedade em relação a essa situação e essas crianças que estão sendo vítimas, não estão sabendo a quem recorrer. Essa maldita sociedade não está dando resposta para essas crianças. Nós não podemos aceitar que o máximo que se pode fazer seja prender em um ou dois casos. Alguns já estão presos, mas muitos ainda continuam abusando de crianças.

Hoje uma criança de treze anos, acompanhada pelos pais esteve no meu gabinete, olhou para mim e disse que era bolinada desde os dez. Não dá para aceitarmos isso calados.

Se alguém desse grupo achar que chamar o Governador para cá, para discutirmos esse assunto é constrangimento, me tire desse grupo. Eu saio, mas não aceito continuar como está. Temos que agir enquanto não está acontecendo nas nossas casas.

Antes, os criminosos levavam as alunas da escola Armando Nogueira para um local atrás de um posto de lavagem próximo dali. Agora Deputado Fernando Melo, estão levando para a construção onde será a Agroboi, e ali as molestam. A polícia precisa ir lá e o Governador precisa vir aqui, porque o combate a esse crime não pode ser ação apenas de um órgão. Deve ser uma ação da Sentinela, da SECIAS, enfim, uma ação do Estado.

Esses homens nojentos, doentes, esses crápulas, que estão assediando nossas crianças precisam de uma punição severa.

O Governador, como pai de duas meninas, deve vir aqui e discutir conosco, pois somos homens e mulheres que representam a população deste Estado. Não dá para suportar mais.

Eu fui ao Sentinela, fiz uma visita ao Dr. Maia Guedes à Delegacia da Mulher e as dificuldades são as mesmas quando se trata de elucidar esses casos e punir os culpados. Isso acontece porque não há uma ação do Governo, não há uma ação do Estado. É preciso um Governador corajoso e determinado para dizer que no Estado do Acre, todas as instituições dizem não a essa questão do estupro.

No entanto, há uma convivência hipócrita, miserável da sociedade do Acre com relação a este tema dentro das escolas. Eu ligo para a direção das escolas, para as secretárias e tudo que dizem é que estão tomando as providências, ou seja, afastando professores ou diretores envolvidos. Mas não são essas as providências que um educador deve tomar. O correto é suscitar esta discussão entre a comunidade, usar os meios de comunicação para combater esse crime.

Não dá para ver calados, casos como o do Mário Malaquias, que foi condenado no Estado vizinho porque as autoridades daqui não tiveram competência para condená-lo.

Eu espero Senhor Presidente que consigamos votar este Requerimento ainda hoje.

(Sem revisão do orador)

Deputado **FERNANDO MELO** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu venho nesta tribuna para falar de um tema semelhante a este abordado pela Deputada Naluh Gouveia.

Quero falar sobre o meu desejo de que no dia 6 de dezembro nós possamos estar aqui discutindo a violência contra a mulher, que é uma espécie de violência de gênero em que está incluída também a violência sexual contra as crianças. Portanto, eu estou aqui, hoje, fazendo esse apelo aos Deputados, para que aprovem esse requerimento, a fim de que no dia 6 de dezembro estejamos aqui, discutindo esse problema com representantes da sociedade, das instituições e das ONGs que defendem esse tema.

Por que escolhemos esse dia? Porque é o dia mundial do combate à violência contra a mulher, tendo em vista que, no Canadá no dia 6 de dezembro de 1989, um homem armado entrou numa sala de aula de uma Escola de Engenharia, onde havia alunos do sexo masculino e do sexo feminino. Então o homem pediu que todos os homens se retirassem da sala e quando eles se retiraram, ele metralhou todas as mulheres que estavam na sala e em seguida cometeu suicídio.

Ele deixou uma carta dizendo que cometera aquele ato tão insano, porque não admitia que as mulheres estivessem fazendo o Curso de Engenharia, ou seja, disputando o mesmo espaço dos homens. Isso ocorreu no Canadá que é um país adiantado, um país desenvolvido, um país do Primeiro Mundo. Daí surgiu uma campanha mundial denominada “laço branco”. Como existem homens que agredem mulheres, existem

homens que não agredem, mas estes ficam calados, não se manifestam. Então, essa campanha tem a intenção de mobilizar os homens para combater a violência contra a mulher, pois os dados são alarmantes, não só no Acre, mas também no Brasil e no mundo todo. Nós temos registros de que no mundo, a cada dezoito segundos, uma mulher é maltratada. Isso é grave, por isso precisa ser debatido.

Eu quero propor que esta Casa também discuta isso. E a minha assessoria está fazendo um projeto, para ser apresentado aqui, a fim de que nós tenhamos uma Frente Parlamentar de Deputados - a primeira no Brasil – que lutará pelo fim da violência contra a mulher. Essa deverá ser uma Frente permanente, a qual vai manter contato com toda a sociedade, com os municípios do interior, visando discutir esse grave problema.

Para encerrar, eu quero falar para a Deputada Naluh Gouveia que o Governador tem a segurança como prioridade no seu Governo. Então, eu acho que para ele vir aqui, discutir esse tema, não será motivo de constrangimento; mas não podemos admitir que o Governador seja o responsável pela violência sexual contra as crianças. E não será com a vinda do Governador aqui, que nós vamos resolver esse problema, até porque parece que a violência contra a mulher vem sendo transmitida de geração para geração. Não é coisa de momento, é uma coisa que vem ao longo do tempo. Então é preciso que haja uma transformação real da sociedade. E para isso nós temos que discutir esse tema, não só com o Governador, mas com toda sociedade.

Acho que nós, Parlamentares homens, como representantes do povo, temos que estar a frente disso, porque esse é um grave problema que a sociedade brasileira vem enfrentando. A violência contra a mulher é um caso grave e como eu falei, no mundo, a cada dezoito segundos, uma mulher é maltratada. Aqui em Rio Branco, só na Delegacia da Mulher, nós temos registrados, até o dia 30 de outubro, mais de dez mil casos de agressão, injúria e ameaças. Estas são as maiores ocorrências. E ainda há os casos daquelas pessoas que não fazem boletim de ocorrência nas delegacias.

O crime doméstico é difícil de ser atacado, porque geralmente ele acontece entre as quatro paredes de uma casa. Então, o Poder público não tem o direito nem o poder de entrar lá para resolver a situação; ele precisa da manifestação da vítima, precisa que as mulheres tomem coragem para ir até a Delegacia fazerem suas denúncias. O Estado tem investido muito nessa área, um exemplo disso é a Delegacia da Mulher aqui no Acre, que é uma das melhores do Brasil. E eu tenho certeza que em função dessa melhoria na estrutura do Estado, mais mulheres têm tido coragem de denunciar os crimes de violência que geralmente são cometidos contra elas pelos seus companheiros ou maridos.

Então, eu faço um apelo a esta Casa, para que criemos essa Frente Parlamentar, objetivando o combate desse grande mal que aflige a nossa sociedade.

Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **ROBERTO FILHO** (PP) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa denúncia que a Deputada Naluh fez é muito grave; eu acho que existem homens que não têm condições de conseguir uma mulher com a idade de 29 anos e por conta disso acabam abusando de crianças. Não tenho nenhuma dúvida disso, até porque é muito fácil um professor ou um Diretor de escola tentar praticar esse ato oferecendo coisas que não deve. Eu acho que o Senhor Governador deve ordenar um levantamento nessas escolas, porque há momentos em que as denúncias são muitas. Mas eu acho que quem trabalha na direção de uma escola deve ter uma postura exemplar.

Entretanto, não vamos só acusar apenas os que abusam meninas entre 12 e 13 anos. Existem diretores de escola que trocam favores para conseguirem rapazinhos de 16 anos.

Porém, Senhores Deputados, a finalidade de vir a esta tribuna é para debater uma nota publicada no Jornal Página 20, falando sobre o Deputado Luiz Calixto. Eu tenho por obrigação usar essa tribuna e rebater o que foi publicado, porque o convite que eu fiz foi claro. Convidei a todos e fiz um convite em especial ao Deputado Luiz Calixto, porque todos pensam que somos inimigos. O Deputado Luiz Calixto chegou em minha casa e foi bem recebido assim como todos os colegas, justamente o contrário do que anunciou o Jornal.

Isso me deixou muito chateado, até porque nós temos que aprender certas coisas e nos afastar de certas coisas. Eu acho que ninguém foi maltratado na minha casa e se eu soubesse que esse “cozidão” ia gerar esse problema, não o teria feito. Eu convidei a todos para irem a minha casa e quando qualquer um Deputado me fizer um convite, eu aceitarei com o maior prazer. Se o Deputado Luiz Calixto não raciocinasse, não teria aceito o meu convite, argumentando que tinha problema comigo. Porém ele foi, mostrando que não existe nenhum problema pessoal entre nós. O problema é aqui dentro da Assembléia, fora é outra coisa. Portanto, gostaria que da próxima vez o jornalista analisasse melhor o que for escrever.

(Sem revisão do orador)

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvi atentamente o discurso da deputada Naluh Gouveia, e quero dizer que é necessário entrar com muita energia na busca de solução para essas questões. Nós podemos também trabalhar essas questões formando uma CPI. Já assinamos um Requerimento, no ano passado, e que não foi para frente. Nós temos força, e por conta disso precisamos ajudar o Governo nesta parte. A Assembléia também pode contribuir muito.

Quero informá-los que estou entrando com um Requerimento pedindo uma Sessão Solene para tratarmos sobre a questão da Universidade Federal que está em greve e também discutir a criação da Universidade Estadual. Essa é uma luta nossa, é uma meta do povo acreano. E tenham a certeza de que se essa Universidade for criada, o maior beneficiado será o Governo do Estado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, conforme entendimento entre as lideranças partidárias, hoje realizaremos apenas o Pequeno Expediente, para que os membros da Comissão de Constituição e Justiça e Serviço Público e da Comissão de Orçamento e Finanças possam se reunir, para apreciar as Matérias que entrarão na pauta da Ordem do Dia.

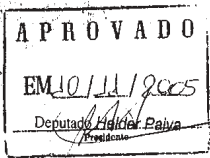
Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, na conversa que nós tivemos ontem, não ficou acordado nada com relação aos Requerimentos.

O Senhor Presidente (**MOISÉS DINIZ**) – Deputada Naluh, está garantida a votação dos Requerimentos.

Atendemos a Questão de Ordem do Deputado Edvaldo Magalhães e suspendemos a Sessão. (PAUSA)

Reabertos os trabalhos, nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

Subsecretaria de Atividades Legislativas



PARECER N. 48/2005
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 11/2005
AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO
EMENTA: "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

À luz do art. 65, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública, e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, para conjuntamente, analisarem o Projeto de Lei Complementar n.11/2005, que "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995".

Tendo como escopo as prescrições insertas nos artigos 54, *caput*, 93 *caput* c/c o 94, VII, "b" e "d" da Constituição Estadual, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Samuel Evangelista submete, ao competente exame e decisão dos Senhores Parlamentares, a proposição acima ementada, que visa transformar as funções gratificadas em atuais funções de confiança.

O Judiciário, sendo um Poder Público, constitucionalmente responsável pela prestação jurisdicional, de árbitro dos conflitos sociais, em sua ampla dimensão, para cumprir suas atribuições específicas, com a eficiência desejada, elaborou este Projeto de Lei Complementar, que dentre outros argumentos, aduz que esta matéria tem a finalidade de transformar em Funções de Confiança as atuais Funções Gratificadas instituídas pela Lei Complementar n. 19/88, com alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 44/94. A proposição escalona as ditas Funções, fixando-lhes os valores e determina que as mesmas serão concedidas somente a servidores que ocupem cargo efetivo do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Destarte, que outro ponto da matéria reserva o percentual de setenta por cento dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Judiciário, para servidores do Quadro de Pessoal Permanente. Ficando extintas as gratificações previstas Extraordinárias e Judiciária previstas na LC n. 47/95.

Aduz, ainda o chefe do Poder Judiciário, que a proposição sob comento, fora submetida ao Pleno do Tribunal de Justiça e de ampla discussão e negociação com os servidores do Poder Judiciário.

No tocante as despesas advindas da implantação da presente proposição, só terá impacto no próximo exercício e serão suportados pelo orçamento de 2006.

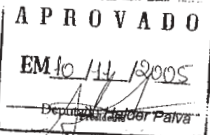
II - PARECER

Face ao exposto, e tendo em vista que o Judiciário é um dos três poderes clássicos previsto pela doutrina, consagrado como um Poder autônomo e independente, administrativa e financeiramente, que concorre para o equilíbrio e à harmonia da sociedade e tem por objetivo traduzir a realidade efetiva do Direito, aplicando a Justiça nas relações humanas e, ainda, por encontrar-se o Projeto de Lei Complementar n.11 /2005, em perfeita sintonia com as normas Constitucionais, Jurídicas e Legais e orçamentárias vigentes, declino-me por sua APROVAÇÃO, com as Emendas Aditiva n. 9/2005 e Modificativa n. 18/2005, respeitando todavia, a sábia decisão dos demais membros destas Comissões e do Colendo Plenário deste Parlamento.

É o PARECER
S.M.J

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
10 de novembro de 2005.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 11/2005
AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO
EMENTA: "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995."

EMENDA ADITIVA N. 9 /2005

Fica acrescido Parágrafo único ao art. 329 da Lei Complementar n. 47/95, com a seguinte redação:

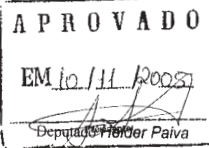
"Art. 329. ...

Parágrafo único. O percentual disposto no *caput* deste artigo será implementado, gradativamente, no período máximo de dezoito meses, contado a partir da vigência desta Lei, iniciando

com percentual não inferior a cinquenta por cento."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
10 de novembro de 2005.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 11/2005
AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO
EMENTA: "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995."

EMENDA MODIFICATIVA N. 18 /2005

O § 2º do art. 322 da Lei Complementar n. 47/95, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 322. ...

§ 2º As Funções de Confiança, em um total de quatrocentos e nove, são escalonadas em seis níveis: FC-1, FC-2, FC-3, FC-4, FC-5 e FC-6, e serão exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo, por designação da Presidência do Tribunal de Justiça, observada a quantidade prevista em lei e o número máximo de provimentos indicados pelo Conselho de Administração."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
10 de novembro de 2005.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

III - PARECER

PRESIDENTE:

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE:

Deputado DELORME CAMPOS (BSC)

TITULARES:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
DINHA CARVALHO (PL)
JOSÉ LUIS (PMN)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER:

PRESIDENTE: Deputado VALMIR FIGUEREDO (PT)

VICE-PRESIDENTE: Deputado ELSON SANTIAGO (BPM)

TITULARES:

Deputados:

NOGUEIRA LIMA (PPS)
FRANCISCO VIGA (PT)
HELDER PAIVA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)
JOSÉ LUIS (PMN)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

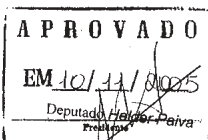
TITULARES:

Deputados:

JUAREZ LEITÃO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
LUIZ CALIXTO (PDT)

SUPLENTE:

Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
JOSÉ BESTENE (PP)
DELOGEM CAMPOS (BSC)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

PARECER N. 49/2005

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 12/2005

AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO

EMENTA: "Dá nova redação a dispositivo da Lei Complementar n. 105, de 17 de janeiro de 2002, e outras providências."

RELATORIA: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Com supedâneo no art. 65, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, reúnem-se as Comissões de Constituição e Justiça e de Redação; de Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública, e Municipalismo e de Orçamento e Finanças, para analisarem o Projeto de lei Complementar n. 12/2005, que "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 105, de 17 de janeiro de 2005, e dá outras providências".

Com escopo as prescrições insertas nos art. 54, caput, 93 caput c/c o 94, VII, "b" e "d" da Constituição Estadual, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Samuel Evangelista submete, ao competente exame e decisão dos Senhores Parlamentares, a matéria acima emendada, que altera e acresce dispositivos à LC n. 105/2002.

Capeada pela Exposição de Motivos, que encaminha a esta Corte de Lei, aduz o Chefe do Judiciário:

"...o art. 37, V, da CF/88, estabelece a obrigatoriedade de preenchimento de Cargo em Comissão de servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em Lei. O Projeto de Lei Complementar ora submetido a Vossas Excelências, propõe a definição de citado percentual:

Está sendo proposta uma alteração no dispositivo que trata da gratificação de capacitação, para permitir que as horas dos cursos técnicos de atualização sejam cumuladas, para efeito de sua percepção. Outra alteração diz respeito a gratificação de nível superior, com percentual de vinte por cento para os servidores efetivos e comissionados, corrigindo as distorção hoje existente.

Outra mudança diz respeito as gratificações judiciária e extraordinária. A proposta visa incorporar as mesmas ao vencimento base do servidor efetivo, ficando as mesmas extintas. A fora isso, o Projeto de Lei Complementar institui assistência à saúde dos servidores, com a concessão de auxílio para ressarcimento parcial de plano de saúde adquiridos diretamente pelo servidor.

Resta dizer que o Projeto de Lei Complementar ora submetido a Vossas Excelências, foi aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça e objeto de amplo debate e discussão com o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário..."

Do ponto de vista orçamentário, as despesas decorrente da implantação do presente projeto, trará aumento na despesa de pessoal, que será suportada pelo orçamento em vigor.

II - PARECER

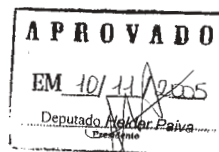
Diante de todo o exposto, e tendo em vista que o Poder Judiciário é autônomo e independente, administrativa e financeiramente, o objetivo da presente proposição é traduzir a realidade efetiva do Direito, aplicando a Justiça nas relações humanas e, ainda, por encontrar-se o Projeto de Lei Complementar n. 12/2005, em perfeita sintonia com as normas Constitucionais, Jurídicas e Legais e Orçamentárias vigentes, declino-me por sua APROVAÇÃO, com a Emenda Aditiva n. 8/2005, respeitando todavia, a decisão dos demais membros destas Comissões e do Plenário deste Parlamento.

É o PARECER

S.M.J

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"

10 de novembro de 2005.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 12/2005

AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO

EMENTA: "Dá nova redação a dispositivo da Lei Complementar n. 105, de 17 de janeiro de 2002, e outras providências."

EMENDA ADITIVA N. 8/2005

Adite-se onde couber art. ao Projeto de Lei Complementar n. 12, de 10 de novembro de 2005 a seguinte redação:

"Os efeitos financeiros decorrentes da vantagem prevista no art. 30-A, retroagirá à 1ª de novembro de 2005."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"
10 de novembro de 2005.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

III - PARECER

PRESIDENTE:

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE:

Deputado DELOGEM CAMPOS (BSC)

TITULARES:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
DINHA CARVALHO (PL)
JOSÉ LUIS (PMN)
HELDER PAIVA (PSDB)

III - PARECER:

PRESIDENTE: Deputado VALMIR FIGUEREDO (PT)

VICE-PRESIDENTE: Deputado ELSON SANTIAGO (BPM)

TITULARES:

Deputados:

NOGUEIRA LIMA (PPS)
FRANCISCO VIGA (PT)
HELDER PAIVA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
TARCÍSIO MEDEIROS (PPS)
JOSÉ LUIS (PMN)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (PSDB)

VICE-PRESIDENTE: Deputado FRANCISCO VIGA (PT)

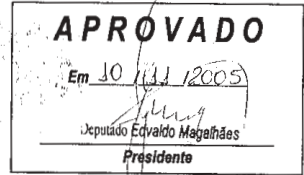
TITULARES:

Deputados:

JUAREZ LEITÃO (PT)
EDVALDO MAGALHÃES (BPM)
LUIZ CALIXTO (PDT)

SUPLENTE:
Deputados:

VALMIR FIGUEREDO (PT) _____
ELSON SANTIAGO (BPM) _____
JOSÉ BESTENE (PP) _____
DELOGEM CAMPOS (BSC) _____
LUIZ GONZAGA (PSDB) _____



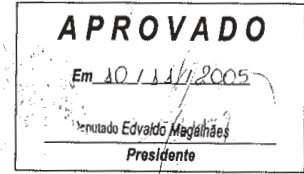
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 11/2005
AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO
EMENTA: "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995 e dá outras providências."

**PARECER N. 100/2005
REDAÇÃO FINAL**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei Complementar n. 11/2005, de autoria do Poder Executivo, que "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995 e dá outras providências."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
10 de novembro de 2005

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 11/2005
AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO
EMENTA: "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995 e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam transformadas em Funções de Confiança – FC as Funções Gratificadas – FG instituídas pela Lei Complementar n. 19, de 9 de dezembro de 1988 (Anexos II, III, V, VI e VII), com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 44, de 13 de julho de 1994.

Art. 2º O art. 322 e parágrafos da Lei Complementar Estadual n. 47, de 22 de novembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 322. O vencimento dos cargos de provimento efetivo e em comissão do Poder Judiciário do Estado do Acre será fixado em conformidade com as disposições deste Código e do Plano de Carreira.

§ 1º A remuneração fixada para cada cargo não exclui o direito à percepção das vantagens pessoais a que fizer jus o seu ocupante, respeitado o limite estabelecido no inciso XII do art. 27 da Constituição Estadual.

§ 2º As Funções de Confiança, em um total de quatrocentas e nove, são escalonadas em seis níveis: FC-1, FC-2, FC-3, FC-4, FC-5 e FC-6, e serão exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo, por designação da Presidência do Tribunal de Justiça, observada a quantidade prevista em lei e o número máximo de provimentos indicados pelo Conselho de Administração.

Art. 3º O art. 329 da Lei Complementar n. 47, de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 329. Fica reservado o percentual de setenta por cento da quantidade de cargos de provimento em comissão para os servidores do Quadro de Pessoal Permanente de Provimento Efetivo e Transitório em Extinção, de ambas as instâncias.

Parágrafo único. O percentual disposto no caput deste artigo será implementado, gradativamente, no período máximo de dezoito meses, contado a partir da vigência desta Lei, iniciando com percentual não inferior a cinquenta por cento."

Art. 4º Ficam extintas as vantagens instituídas pelos arts. 325 e 327 da Lei Complementar n. 47, de 1995.

Art. 5º Aos servidores inativos, pensionistas e aos que, por disposição legal anterior à Lei

Complementar n. 62, de 13 de janeiro de 1999, tenham incorporado ao seu patrimônio a gratificação prevista no art. 326 da Lei Complementar n. 47, de 1995, fica assegurada a irredutibilidade de proventos, pensões ou remuneração.

Parágrafo único. Constatada a redução dos proventos, pensões ou remuneração decorrente da aplicação desta lei, a diferença será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, sujeita aos reajustes gerais concedidos aos servidores do Poder Judiciário.

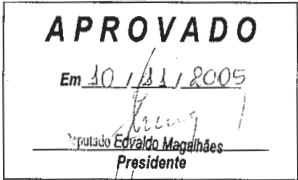
Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2006.

Art. 8º Ficam revogados os arts. 325, 326, 327 e 328 e o Anexo XVII da Lei Complementar n. 47, de 1995.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
10 de novembro de 2005

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 11/2005
AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO
EMENTA: "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995 e dá outras providências."

EMENDA DE REDAÇÃO N. 7/2005

Acresce o art. 8º ao Projeto de Lei Complementar n. 11/2005, com a seguinte redação:

"Art. 8º Ficam revogados os arts. 325, 326, 327 e 328 e o Anexo XVII da Lei Complementar n. 47, de 1995."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
10 de novembro de 2005

Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE:

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE:

Deputado DELOGEM CAMPOS (BSC)

TITULARES:

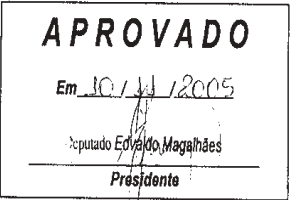
Deputados:

FERNANDO MELO (PT)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
DINHA CARVALHO (PL)
JOSÉ LUIS (PMN)
HELDER PAIVA (PSDB)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 12/2005
AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO
EMENTA: "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 105, de 17 de janeiro de 2002 e dá outras providências."

PARECER N. 101/2005

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei Complementar n. 12/2005, de autoria do Poder Executivo, que "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 105, de 17 de janeiro de 2002 e dá outras providências."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

10 de novembro de 2005

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Relator

APROVADO

Em 10/11/2005

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 12/2005

AUTORIA: PODER JUDICIÁRIO

EMENTA: "Dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar n. 105, de 17 de janeiro de 2002 e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os art. 24, caput, 29 e 30 da Lei Complementar n. 105, de 17 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. Os servidores do Quadro de Pessoal Permanente de Provimento Efetivo e do Transitório em Extinção do Poder Judiciário do Estado do Acre farão jus à vantagem denominada Gratificação de Capacitação, equivalente ao percentual de dois por cento sobre o valor do vencimento básico a cada cento e vinte horas – aula alcançadas em cursos técnicos de atualização ou de aperfeiçoamento porventura concluídos com aprovação, na área de atividade do cargo.

Art. 29. As tabelas de vencimento dos cargos que compõem o Quadro Permanente de provimento efetivo e em comissão e o Quadro Transitório em Extinção e, ainda, de valores das Funções de Confiança do Poder Judiciário, são as constantes dos Anexos VIII, IX e X desta Lei Complementar.

Art. 30. É devida a gratificação de nível superior, no percentual de vinte por cento, aos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Acre que tenham concluído curso superior."

Art. 2º A tabela de vencimentos constante do Anexo VIII da Lei Complementar Estadual n. 105, de 2002, fica acrescida do percentual de cento e setenta por cento, referente à incorporação das Gratificações Judiciária e Extraordinária previstas nos arts. 325 e 327 da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995.

Art. 3º Fica acrescido à Lei Complementar Estadual n. 105, de 2002, o art. 30-A, com a seguinte redação:

"Art. 30-A. Aos servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Acre, possuidores de plano de saúde privado, é devido o auxílio-saúde mensal.

§ 1º O auxílio referido neste artigo consistirá em parcial ressarcimento de plano de saúde contratado diretamente pelo servidor.

§ 2º Ao servidor fica facultada a escolha do plano de saúde privado existente no mercado que melhor se adapte às suas necessidades e de seus dependentes.

§ 3º Para fazer jus ao auxílio referido no caput deste artigo, o servidor deverá apresentar original do comprovante do contrato de adesão ao plano de saúde escolhido, sem rasuras ou emendas, ao setor responsável pela elaboração da folha de pagamento.

§ 4º É da exclusiva responsabilidade do servidor efetuar mensalmente o pagamento à entidade mantenedora do seu plano de saúde, bem como a comprovação do respectivo pagamento ao setor encarregado da folha de pagamento, devendo, também, proceder a imediata comunicação quando da rescisão do contrato de adesão, sob pena de restituição dos valores percebidos indevidamente."

Art. 4º O valor mensal do auxílio saúde fica fixado em R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 5º Os efeitos financeiros decorrentes da vantagem prevista no art. 30-A da Lei Complementar n. 105, de 2002, retroagirão a 1º de novembro de 2005.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2006.

Art. 8º Ficam revogados os arts. 26 e 27 da Lei Complementar n. 105, de 2002.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",

10 de novembro de 2005

Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Relator

ANEXO VIII

TABELA DE VENCIMENTOS

CLASSE	PADRÃO	GRUPOS OCUPACIONAIS		
		PJ-NM-100 R\$	PJ-NM-200 R\$	PJ-NS-300 R\$
D	IV	1.276,32	1.448,12	2.385,72
	III	1.239,14	1.405,94	2.316,25
	II	1.203,04	1.365,01	2.248,78
	I	1.167,99	1.325,24	2.183,30
C	IV	1.134,00	1.286,66	2.119,72
	III	1.100,98	1.249,18	2.057,97
	II	1.068,90	1.212,79	1.998,03
	I	1.037,77	1.177,47	1.939,82
B	V	1.007,53	1.143,18	1.883,33
	IV	978,18	1.109,89	1.828,47
	III	949,70	1.077,54	1.775,22
	II	922,02	1.046,17	1.723,52
A	I	895,19	1.015,69	1.673,33
	V	869,10	986,12	1.624,59
	IV	843,80	957,37	1.577,26
	III	819,21	929,50	1.531,33
	II	795,37	902,42	1.486,70
	I	772,20	876,15	1.443,42

ANEXO IX

TABELA DE VENCIMENTOS – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO EM COMISSÃO	VALOR EM R\$
Diretor	7.390,68
Assessor	5.912,54
Coordenador	5.912,54
Chefe de Gabinete da Presidência	5.912,54
Assistente Militar	5.912,54
DAS – 101.4	3.724,86
DAS – 101.3	2.660,63
DAS – 101.2	2.217,20
DAS – 101.1	1.846,94

ANEXO X

TABELA DE VALORES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	VALOR EM R\$
FG – 6	1.026,08
FG – 5	923,46
FG – 4	820,85
FG – 3	718,25
FG – 2	615,64
FG – 1	513,03

III - PARECER

PRESIDENTE:

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

VICE-PRESIDENTE:

Deputado DELORGE CAMPOS (BSC)

TITULARES:

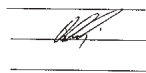
Deputados:

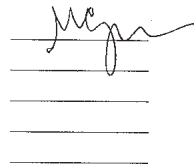
FERNANDO MELO (PT)
HÉLIO LOPES (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

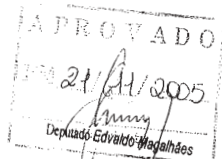
SUPLENTE:

Deputados:

NALUH GOUVEIA (PT)
ELSON SANTIAGO (BPM)
DINHA CARVALHO (PL)
JOSÉ LUIS (PMN)
HELDER PAIVA (PSDB)







PARECER N. 04/2005

AUTORIA: MESA DIRETORA

EMENTA: "Processo seletivo para escolha de Conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado do Acre em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas."

RELATORIA: Deputado JUAREZ LEITÃO

I - RELATÓRIO

Com supedâneo no art. 3º da Resolução n. 120/2005 da Mesa Diretora desta Casa Legislativa e Edital publicado em 4 de outubro de 2005, e demais disposições legais aplicáveis à espécie, chega para análise nesta Comissão Especial, instituída pela Resolução n. 08/2005, *curriculum* dos candidatos Vicente Aragão Prado Júnior, João Tezza Filho, Jônathas Santos Almeida de Carvalho, Ronald Polanco Ribeiro e Antônio Costa Santos, no desiderato de requererem suas regulares inscrições para o certame de concorrência ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas, informada a esta Casa Legislativa pelo OF/TCE-AC/GP/N. 510/2005 de 28 de junho de 2005.

À luz do direito compete a Assembleia Legislativa do Estado com base no art. 108, inciso I da Lei Complementar n. 38/93, apreciar o preenchimento da 4ª vaga para Conselheiro em decorrência da aposentadoria compulsória do Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas, conforme portaria n. 068/2005 publicada no D.O. N. 9066, de 13 de junho de 2005.

Em análise preliminar aos *curriculum* verificou-se que os candidatos João Tezza Filho, Vicente Aragão Prado Júnior e Antônio Costa Santos não preenchiam os requisitos legais para concorrerem ao certame, conforme dispõe o Edital e a Resolução n. 120/2005.

Contudo, os membros desta conceituada Comissão, sugeriu que fosse dilatado o prazo, até às doze horas do dia 9 do corrente ano, para que os candidatos acima supramencionados providenciassem as certidões que faltavam, e que imediatamente os mesmos fossem informados da decisão.

Destarte, que mesmo sendo dilatado o prazo, o candidato ao certame João Tezza Filho, deixou de observar os requisitos previstos no inciso III do art. 1º e incisos, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 3º, ambos da Resolução n. 120/2005;

Compete a esta Comissão Especial, nos termos do que preceitua o art. 272, inciso VI do Regimento Interno a apreciação da presente matéria.

O candidato Jônathas Santos Almeida de Carvalho, é Pós-Graduado em Auditoria e Pós-Graduado em Direito Tributário pela Universidade de Cândido Mendes do Rio de Janeiro, Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Graduado em Direito e Letras pela Uninorte de Rio Branco-AC e Técnico em Contabilidade pelo Colégio Rio Branco-RO.

Dentre as funções desempenhadas pelo candidato, ressaltam-se as de Auditor Independente registrado na CVM, Sócio da AUDICON- Auditoria e Consultoria S/C LTDA, Responsável Técnico pelos serviços de auditoria de AUDICON, Analista Judiciário – Contador do TRE/AC, Assistente da Seção de Programação, Controle e Execução Orçamentária da Coordenadoria Orçamentária e Financeira do TRE/AC, Presidente da Câmara de Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade do Acre, Membro Suplente da Fundação Brasileira de Contabilidade (entidade vinculada ao Conselho Federal de Contabilidade), Juiz Arbitral da Câmara de Arbitragem de Rio Branco-AC e Perito Judicial e Extrajudicial, funções estas que exerce até a presente data.

O candidato Ronald Polanco Ribeiro, é graduado em Tecnologia da Construção – Modalidade "Estrada e Topografias" no período de 1981 a 1982;

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Acre - UFAC, no período de 1984 – 1988;

Dentre as funções desempenhadas pelo candidato, ressaltam-se as de Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores – PT, na função de 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, função esta que exerce até a presente data.

O candidato Vicente Aragão Prado Júnior, é Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Acre, colou grau no período de 1990 – 1995.

Profissional do Direito militante desde 4 de junho de 1994, com escritório profissional especializado "PRADO & PRADO", escritório de Advocacia Plena e Consultoria Jurídica, sediado à Rua

Manoel Rodrigues de Sousa, n. 195 – Bosque, com reconhecida experiência forense no Estado do Acre, nas seguintes áreas jurídicas: Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Civil; Direito Penal; Penal Militar; Direito Comercial de Trânsito e Direito Trabalhista e previdenciário.

Dentre as funções desempenhadas pelo candidato, ressaltam-se as de: Assessor Jurídico Legislativo da Câmara Municipal de Jordão; Procurador Jurídico Autárquico do Departamento de Trânsito do Estado do Acre – DETRAN; Conciliador do 1º Juizado Especial Criminal – JECrim, do Tribunal de Justiça do Estado do Acre – TJ/AC; e, Exerceu cargos em comissão do Tribunal Regional Eleitoral do Acre – TRE/AC.

O candidato Antônio Costa Santos, é Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Estado do Acre, com inscrição no Conselho Regional de Economia n. 1.084; Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Estado do Acre, concluído em 2001, com inscrição na Ordem dos Advogados do Estado do Acre, sob o n. 2.413.

Dentre as funções desempenhadas pelo candidato, ressaltam-se as de Gerente-Geral do Banco da Amazônia nos Municípios de Feijó/AC e Nova Olinda do Norte/AM; Contabilista e Gerente Administrativo da agência Manaus/Metro; Professor Auxiliar da disciplina Política e Programação Econômicas pela Universidade Federal do Estado do Acre; Auditor Fiscal do Trabalho, concursado no ano de 1994; e Assessor da seção de Fiscalização e Administração da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, período de março de 2001 a novembro de 2005.

Do *curriculum vitae* dos candidatos, acima habilitados, constam informações que demonstram sua ampla experiência e referências profissionais.

Trata-se indubitavelmente, de candidatos cuja formação acadêmica e atuação profissional os credenciam para o cabal desempenho das atividades inerentes ao cargo para o qual pretendem exercer.

Verifica-se que dos cinco candidatos que concorrem ao certame, à exceção do candidato João Tezza Filho que não observou os requisitos legais ao preenchimento do cargo, Vicente Aragão Prado Júnior, Jônathas Santos Almeida de Carvalho, Ronald Polanco Ribeiro e Antônio Costa Santos, foram os quatro candidatos que obedeceram os pré-requisitos legais e constitucionais, bem assim, as disposições complementares baixadas pela Mesa Diretora para preenchimento do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, esta relatoria considera-os habilitados, para tal fim, perante a Assembleia Legislativa.

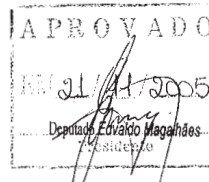
Em face do exposto, submetemos à apreciação e julgamento desta douta Comissão o nome dos candidatos habilitados ao certame, Vicente Aragão Prado Júnior, Jônathas Santos Almeida de Carvalho, Ronald Polanco Ribeiro e Antônio Costa Santos, de acordo com o disposto no art. 272, VI do Regimento Interno desta Casa, para concorrerem a aprovação de seus nomes para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas, concluindo, portanto, pelos Projetos de Decreto Legislativo a este acostados, respeitando, todavia, a soberana decisão dos demais membros desta Comissão Especial e do soberano plenário deste Parlamento.

É o Parecer
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"

21 de novembro de 2005.

Deputado JUAREZ LEITÃO
Relator



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 2/2005

"Aprova o nome de Vicente Aragão Prado Júnior para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

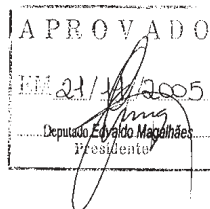
Art. 1º Fica aprovado o nome de Vicente Aragão Prado Júnior para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA"

21 de novembro de 2005

Deputado JUAREZ LEITÃO



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 3/2005

"Aprova o nome de Ronald Polanco Ribeiro para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

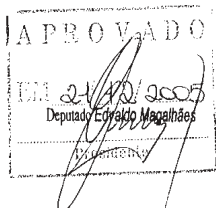
Art. 1º Fica aprovado o nome de Ronald Polanco Ribeiro para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA"

21 de novembro de 2005

Deputado **JUAREZ LEITÃO**



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 4/2005

"Aprova o nome de Antônio Costa Santos para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

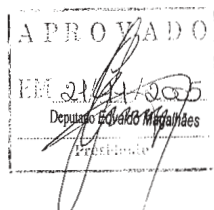
Art. 1º Fica aprovado o nome de Antônio Costa Santos para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA"

21 de novembro de 2005

Deputado **JUAREZ LEITÃO**



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 5/2005

"Aprova o nome de Jônathas Santos Almeida de Carvalho, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o nome de Jônathas Santos Almeida de Carvalho, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em decorrência da aposentadoria do Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA"

21 de novembro de 2005.

Deputado **JUAREZ LEITÃO**

III - PARECER

PRESIDENTE:

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES (BPM)**

VICE-PRESIDENTE:

Deputado **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**

MEMBROS TITULARES:

Deputado **JUAREZ LEITÃO (PT)**

Deputado **DELORGE CAMPOS (BSC)**

Deputado **LUIZ GONZAGA (PSDB)**

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada **NALUH GOUVEIA (PT)**

Deputado **ELSON SANTIAGO (BPM)**

Deputado **FRANCISCO VIGA (PT)**

Deputada **ANTÔNIA SALES (PMDB)**

Deputado **HELDER PAIVA (PSDB)**

Diversos

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando as informações prestadas nos processo administrativo nº 1.386/2005, estando o mesmo instruído de acordo com as normas em vigor e o preço compatível com os praticados no mercado, a MESA DIRETORA da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **HOMOLOGA**, para que produza os efeitos legais em sua plenitude, a decisão da Comissão Permanente de Licitação desta Casa Legislativa, relativa ao Convite nº 020/2005, que classificou a empresa **EMPLAK GRÁFICA E EDITORA LTDA.**, vencedora da licitação por ter ofertado o valor de R\$19.500,00 (dezenove mil, e quinhentos reais), para impressão de 2.000 (dois mil) exemplares da Constituição do Estado do Acre, para esta Assembleia Legislativa.

Rio Branco, 16 de novembro de 2005.

Deputado **RONALD POLANCO**
1º Secretário

Deputado **SÉRGIO OLIVEIRA**
Presidente

Deputado **MOISES DINIZ**
2º Secretário

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando as informações prestadas nos processo administrativo nº 1.487/2005, estando o mesmo instruído de acordo com as normas em vigor e o preço compatível com os praticados no mercado, a MESA DIRETORA da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **HOMOLOGA**, para que produza os efeitos legais em sua plenitude, a decisão da Comissão Permanente de Licitação desta Casa Legislativa, relativa ao Convite nº 021/2005, que classificou a empresa **A.J.A BARBOSA - ME.**, vencedora da licitação por ter ofertado o valor de R\$16.000,00 (dezesseis mil reais), para esta Assembleia Legislativa.

Rio Branco, 18 de novembro de 2005.

Deputado **RONALD POLANCO**
1º Secretário

Deputado **SÉRGIO OLIVEIRA**
Presidente

Deputado **MOISES DINIZ**
2º Secretário

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando as informações prestadas nos processo administrativo nº 1.378/2005, estando o mesmo instruído de acordo com as normas em vigor e o preço compatível com os praticados no mercado, a MESA DIRETORA da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **HOMOLOGA**, para que produza os efeitos legais em sua plenitude, a decisão da Comissão Permanente de Licitação desta Casa Legislativa, relativa ao Convite nº 023/2005, que classificou a empresa **NOGUEIRA ASSEM IDE - ME.**, vencedora da licitação por ter ofertado o valor de R\$14.049,40 (quatorze mil, quarenta e nove reais).

e quarenta centavos), para esta Assembleia Legislativa.

Rio Branco, 16 de novembro de 2005.

Deputado SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

Deputado RONALD POLANCO
1º Secretário

Deputado MOISES DINIZ
2º Secretário



ESTADO DO ACRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
COMISSÃO DE AÇÃO PÚBLICA, TRIBUTOS, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

66

A propósito, a presente matéria vem a corroborar com o projeto de lei de autoria do Deputado Moisés Diniz, recém aprovado nesta Casa Legislativa que obriga a Secretaria de Segurança Pública a registrar e divulgar os índices de violência e de criminalidade no Acre. Pela nova lei, o Poder Executivo criará Banco de Dados de modo a integrar o registro e dar publicidade aos índices de violência e criminalidade, e instrumentalizar a formulação de políticas de segurança pública no Estado do Acre.

Segundo o autor da matéria, "o Projeto de Lei destina-se a enfrentar duas questões fundamentais. Por um lado, a necessidade de criar medidas que garantam a transparência administrativa como condição elementar para a fiscalização do serviço público prestado pelo Estado.

A sociedade deve conhecer o nível de efetividade alcançado pelos governantes em relação à aplicação dos recursos humanos e financeiros existentes, e, assim, participar, ou de alguma maneira influenciar na formulação de políticas públicas na área de segurança. Esta primeira preocupação refere-se, portanto, à questão da democratização da gestão do estado.

É de clareza meridiana que o objetivado na presente proposição está justificado na forma acima transcrita, não carecendo maiores delongas sobre o assunto.

Analisando a proposta pelo enfoque que nos é permitido pelo art. 24, § 1º, do Regimento Interno, nada há a objetar sobre a admissibilidade e proposição da matéria, que se justifica pelo atendimento à norma constitucional a seguir transcrita:

Constituição Federal:

"Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

Constituição Estadual:

Art. 54. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado, no âmbito de sua competência, satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos nesta Constituição.

Ata da 43ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da
Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 10 de novembro de 2005

Presidência: Deputado Helder Paiva

Secretaria: Deputado Nogueira Lima

Às quatorze horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado Helder Paiva, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado Nogueira Lima, Secretário em exercício, presentes os Deputados Juarez Leitão, Naluh Gouveia e Francisco Viga, do Partido dos Trabalhadores – PT; Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz e Sérgio Oliveira, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; Antonia Sales e Hélio Lopes, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; José Vieira, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; Tarcísio Medeiros, do Partido Popular Socialista – PPS; José Bestene e Roberto Filho, do Partido Progressista – PP; Delorgem Campos, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; Ronald Polanco, Sem Partido, ausentes os Deputados Fernando Melo, Pe. Valmir Figueredo, José Luis, Chagas Romão, Luiz Gonzaga e Dinha Carvalho, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar N. 11/2005, de autoria do Poder Judiciário, o qual "Dá nova redação a disposição da Lei Complementar nº 47, de 22 de novembro de 1995 e outras providências". Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 17 (dezesete) votos. O Senhor Presidente, Helder Paiva, comunicou ao Plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Helder Paiva, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quatorze horas e dezoito minutos, convocando

outra, para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, Maria Aparecida Jardim Rodrigues, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

Ata da 44ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da
Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 10 de novembro de 2005

Presidência: Deputado Helder Paiva

Secretaria: Deputado Nogueira Lima

Às quatorze horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado Helder Paiva, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado Nogueira Lima, Secretário em exercício, presentes os Deputados Juarez Leitão, Naluh Gouveia e Francisco Viga, do Partido dos Trabalhadores – PT; Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz e Sérgio Oliveira, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; Antonia Sales e Hélio Lopes, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; José Vieira, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; Tarcísio Medeiros, do Partido Popular Socialista – PPS; José Bestene e Roberto Filho, do Partido Progressista – PP; Delorgem Campos, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; Ronald Polanco, Sem Partido, ausentes os Deputados Fernando Melo, Pe. Valmir Figueredo, José Luis, Chagas Romão, Luiz Gonzaga e Dinha Carvalho, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei Complementar N. 12/2005, de autoria do Poder Executivo, o qual "Dá nova redação a disposição da Lei Complementar n. 105, de 17 de janeiro de 2002, e dá outras providências". Em discussão, usou da palavra o Deputado Luiz Calixto, do PDT. Em votação, foi aprovado por 17 (dezesete) votos. O Senhor Presidente, Helder Paiva, comunicou ao Plenário que tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Helder Paiva, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quatorze horas e vinte e três minutos, convocando outra, para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, Maria Aparecida Jardim Rodrigues, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

Ata da 45ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 10 de novembro de 2005

Presidência: Deputado **Helder Paiva**

Secretaria: Deputado **Nogueira Lima**

Às quatorze horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Nogueira Lima**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão, Naluh Gouveia e Francisco Viga**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz e Sérgio Oliveira**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Ronald Polanco**, Sem Partido, ausentes os Deputados **Fernando Melo, Pe. Valmir Figueredo, José Luis, Chagas Romão, Luiz Gonzaga e Dinha Carvalho**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar N. 11/2005**, de autoria do Poder Judiciário, o qual “Dá nova redação a dispositivo da Lei Complementar n. 47, de 22 de novembro de 1995, e dá outras providências”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 17 (dezesete) votos. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou ao Plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente às quatorze horas e vinte e cinco minutos, convocando outra, para cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

Ata da 46ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 10 de novembro de 2005

Presidência: Deputado **Helder Paiva**

Secretaria: Deputado **Nogueira Lima**

Às quatorze horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Nogueira Lima**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão, Naluh Gouveia e Francisco Viga**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz e Sérgio Oliveira**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e**

Roberto Filho, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Ronald Polanco**, Sem Partido, ausentes os Deputados **Fernando Melo, Pe. Valmir Figueredo, José Luis, Chagas Romão, Luiz Gonzaga e Dinha Carvalho**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar N. 12/2005**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Dá nova redação a dispositivo da Lei Complementar n. 105, de 17 de janeiro de 2002, e dá outras providências”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 17 (dezesete) votos. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou ao Plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida Matéria iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente às quatorze horas e trinta e cinco minutos, convocando uma Ordinária para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

Ata da 81ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 08 de novembro 2005.

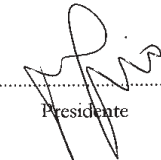
Presidência: Deputados **Helder Paiva e Dinha Carvalho**

Secretaria: Deputado **Luiz Calixto**


Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Luiz Calixto**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão e Naluh Gouveia**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luís**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Dinha Carvalho**, do Partido Liberal – PL; e **Ronald Polanco**, Sem Partido, ausentes os Deputados **Fernando Melo, Pe. Valmir Figueredo, Francisco Viga, Hélio Lopes e Luiz Calixto**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O **Expediente do Dia** constou de: **Ofício n. 990/2005-CAPADR**, do Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, Ronaldo Caiado, informando que o referido Órgão aprovou, em 30/03/2005, o Requerimento n. 281/2005, de autoria do Deputado Benedito de Lira, que propõe a realização de Audiência Pública sobre o tema: “Formação de Cartel e a manipulação de preços por parte das grandes indústrias frigoríficas do Brasil”, e em 14/09/05, Requerimento n. 380/2005, de autoria dos Deputados Dilceu Sperafico, Moacir Micheletto e Zonta, requerendo realização de Audiência

Pública, para discussão da compra do controle do frigorífico argentino Swift Armour S.A, pela Friboi; **GABJU-OF n. 399/2005**, da Juíza de Direito Substituta da Vara de Delitos Tóxicos e Acidentes de Trânsito da Comarca de Rio Branco, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi, solicitando providências no sentido de que o Estado, através da Defensoria Pública, preste Assistência Judiciária aos necessitados, a contento, pois o número reduzido de membros daquela instituição acarreta retardamento na prestação jurisdicional; **OF 345/GEPRO/SEE/2005**, do Gerente de Educação Profissional do Estado, Iralton de Lima Souza, em atenção ao Ofício n. 43/GABPS, de 6 de outubro de 2005; **PJCX/OF/N. 104/2005**, do Juiz de Direito da Comarca de Xapuri, Pedro Longo, informando que nos Autos de Ação de Alimentos n. 3.183/2004, foram fixados alimentos provisórios no valor de 02 (dois) salários mínimos, sendo um para cada alimentanda, a serem descontados no contracheque do avô, Sr. Waldir Trancoso da Silva, funcionário aposentado deste Órgão, devendo ser creditado na conta da genitora dos menores, Srª Valcicleide de Melo Monteiro, Conta Corrente n. 060002-4, agência 136-8 do Banco da Amazônia S/A; **OF. N. 73/CRP/01/Ac/2005**, do Conselho Regional de Psicologia – CRP 01 Seção Acre, solicitando uma audiência para pedir esclarecimentos sobre a Lei n. 1.672 de 22 de agosto de 2005, que “Dispõe sobre a avaliação psicológica periódica aos servidores públicos integrantes da Polícia Civil que prestam serviço no Sistema Penitenciário do Estado do Acre”; **Projeto de Lei n. 111/2005**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Luiz Gonzaga, que “Estabelece limites aos investimentos com publicidade e propaganda oficiais”; **Projeto de Lei n. 112/2005**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Excelentíssimo Senhor Roberto Ferreira da Silva e dá outras providências”; **Projeto de Lei n. 113/2005**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Inclui no Calendário Oficial do Estado do Acre o Dia Estadual da Micro e Pequena Empresa”; **Projeto de Lei n. 114/2005**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Chagas Romão, que “Dispõe sobre a criação de Ônibus Bibliotecas no Estado do Acre”; **Projeto de Lei n. 115/2005**, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Determina a destruição de todas as armas apreendidas no Estado do Acre e dá outras providências”; **Projeto de Lei n. 116/2005**, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Concede abono de ponto anual para os servidores públicos e dá outras providências”. Aberto o **Pequeno Expediente** usaram da palavra os Deputados **Naluh Gouveia**, do PT; **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Nogueira Lima**, do PPS; **Edvaldo Magalhães**, Líder do Governo; e **Roberto Filho**, do PP. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Delorgem Campos**, do PSB; **Naluh Gouveia**, PT, que foi apartado pelos Deputados Luiz Calixto e Tarcísio Medeiros; **Edvaldo Magalhães**, Líder do Governo, que foi apartado pelo Deputado Nogueira Lima. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, passou a direção dos trabalhos a Deputada Dinha Carvalho. Em sequência, usaram da palavra os Deputados **Chagas Romão**, Líder do PMDB; **Nogueira Lima**, do PPS; **Roberto Filho**, do PP. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Edvaldo Magalhães**, Líder do Governo, comunicou que já que teriam que iniciar o processo de apreciação dos currículos para a vaga do Tribunal de Contas e como na semana que vem haverá vários feriados, pediu a suspensão da Sessão ou a dispensa dos Deputados Delorgem Campos, Chagas Romão, Juarez Leitão e Helder Paiva, membros da Comissão. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura do **Requerimento n. 187/2005**, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando a Mesa Diretora, realizar uma Sessão Solene no dia 29 de novembro de 2005, destinada a: a) Homenagear os 30 anos de reconhecimento do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre – UFAC; b) Homenagear as professoras, fundadoras da antiga Faculdade de Educação. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 12 (doze) votos. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou ao Plenário que tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 188/2005**, de autoria das Deputadas **Dinha Carvalho e Naluh Gouveia**, solicitando que esta presidência agende em caráter de urgência, uma audiência pública com V. Exa., demais deputados, todos os segmentos da sociedade organizada e demais

poderes, a realizar-se na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, para ali discutirmos assuntos atinentes a Previdência Estadual. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 12 (doze) votos. A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. Encerrada a Ordem do Dia. Aberta a **Explicação Pessoal**, a Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, suspendeu a Sessão, por tempo indeterminado. **(Pausa)**. Reaberta a Sessão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, encerrou a presente Sessão Ordinária, precisamente, às treze horas, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente

.....
1º Secretário


2º Secretário

Ata da 82ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 10 de novembro 2005.

Presidência: Deputado **Helder Paiva**

Secretaria: Deputado **Luiz Calixto**

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado **Luiz Calixto**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão, Naluh Gouveia e Francisco Viga**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz e Sérgio Oliveira**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Antonia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **José Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima**, do Partido Popular Socialista – PPS; **José Bestene e Roberto Filho**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Ronald Polanco**, Sem Partido; ausentes os Deputados **Fernando Melo, Pe. Valmir Figueredo, José Luis, Luiz Gonzaga e Dinha Carvalho**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O **Expediente do Dia** constou de: **Projeto de Lei N. 118/2005**, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Institui incentivo à apreensão de armas no Estado do Acre e dá outras providências”. Aberto o **Pequeno Expediente**, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, concedeu a Questão de Ordem à Deputada Naluh Gouveia. Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, pediu a suspensão da Sessão, para que pudessem ver quais as Matérias pendentes nesta Casa. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, acatou a Questão de Ordem da Deputada Naluh Gouveia e suspendeu a Sessão por tempo indeterminado. **(Pausa)**. Reaberta a Sessão e dado o adiantado da hora, considerou prejudicado o Pequeno e o Grande Expediente. Aberta a **Ordem do Dia**, não houve Matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão Ordinária, precisamente, às treze horas, convocando uma Extraordinária para às treze horas e cinco minutos. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


Presidente

.....
1º Secretário


2º Secretário

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães
Vice-Presidente: Delorgem Campos
Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.
Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva
Vice-Presidente: Francisco Viga
Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueredo
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.
Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão
Vice-Presidente: José Vieira
Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.
Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís
Vice-Presidente: Roberto Filho
Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.
Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Luiz Gonzaga
Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia
Vice-Presidente: Dinha Carvalho
Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.
Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales
Vice-Presidente: Elson Santiago
Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.
Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima
Vice-Presidente: Hélio Lopes
Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.
Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coêlho de Farias
Inscrição DRT/AC/N. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:
Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.